



III CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

AS POSSIBILIDADES E DESAFIOS DA INCLUSÃO COM QUALIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA REDE PÚBLICA DE ENSINO

Amanda Pereira Sores Lima¹

Carla Montefusco de Oliveira²

Graduanda em Serviço Social da Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte (UFRN).

amandapslima@yahoo.com.br¹

Prof.ª Dr.ª do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

carlamontefusco1@gmail.com²

RESUMO

Este trabalho aborda estudos referentes à inclusão das pessoas com deficiência intelectual na escola, especificamente na rede pública de ensino. E apresenta os resultados da pesquisa desenvolvida nas disciplinas de Pesquisa em Serviço Social I e II do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Um dos objetivos desse artigo é investigar as dificuldades encontradas pela família na inserção do parente com deficiência intelectual na escola. Debater-se-á sobre as barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência intelectual no acesso à educação pública, como também o papel do estado em garantir esse atendimento. Através da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo objetivou-se um trabalho que permitisse compreender uma realidade que ainda é pouco discutida no campo do Serviço Social. Para isso foi realizado entrevistas com três responsáveis por alunos com deficiência intelectual de escolas aleatórias. Os resultados apontam que existe a necessidade na reformulação da rede de ensino, no investimento e na garantia do direito a educação para as pessoas com deficiência. Necessidade essa que será suprida gradativamente após um processo de planejamento para tal reformulação. Para a discussão dos resultados, são adotados os conceitos de deficiência intelectual e escola inclusiva.

Palavras-chaves: deficiência intelectual, escola, Estado, inclusão.



1. INTRODUÇÃO

O referente artigo objetiva apresentar os resultados da pesquisa desenvolvida no decorrer das disciplinas de Pesquisa em Serviço Social I e II do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Buscando verificar como vem ocorrendo o acesso à educação de pessoas com deficiência intelectual, a pesquisa empreendida objetivou analisar como ocorre a “inclusão” de pessoas com deficiência intelectual na rede pública de ensino, da cidade do Natal – Rio Grande do Norte. Como objetivos específicos buscou-se investigar as dificuldades encontradas pela família na inserção do parente com deficiência intelectual na escola; analisar as barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência intelectual no acesso à educação pública; e analisar o papel do estado em assegurar a qualidade do atendimento às pessoas com deficiência intelectual. A relevância do tema deste estudo é comprovada pela necessidade de se compreender a lógica do direito e do compromisso do Estado perante as pessoas com deficiência e a educação, podendo servir como resposta a possíveis lacunas presente na sociedade.

Dada à natureza do problema, optou-se por um estudo qualitativo, isto é, de caráter exploratório, uma vez que se acredita que a realidade dos fenômenos sociais é apreendida por meio de aproximação com os sujeitos. Para atingir os objetivos propostos, foram utilizados dois procedimentos básicos, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. A primeira forneceu meios para obter informações atuais e significantes, relativas à metodologia científica e ao tema proposto para a investigação. Enquanto a segunda, possibilitou a obtenção das perspectivas dos sujeitos pesquisados.

A entrevista consistiu na técnica de pesquisa a ser utilizada, tendo em vista que representa um importante componente de realização da pesquisa qualitativa, segundo (NETO, 2008, p.57), a qual se deu de forma estruturada, ou seja, abordou perguntas antecipadamente formuladas e ocorreu de forma individual, com tempo de duração de aproximadamente 40 minutos por entrevista. Cada sujeito da entrevista recebeu um código de identificação formado por duas letras do alfabeto (Pa) e um algarismo, que varia de acordo com o número escolhido para cada entrevistado, que foram situados entre parênteses logo no término do discurso emitido por cada um. O registro das entrevistas foi gravado no celular, com prévio consentimento dos participantes investigados, sendo, ao término de sua aplicação, transcrito em sua íntegra e por fim, foi realizado a análise de conteúdo aonde foi confrontado o material coletado entre as famílias com os referências teóricos utilizados.



Este artigo inicia-se com uma breve exposição sobre a metodologia utilizada na pesquisa, após isso são descritos os resultados e a discussão gerada pelo estudo e por fim a conclusão da investigação.

2. METODOLOGIA

Para a pesquisa foram entrevistados três responsáveis por alunos com deficiência intelectual inseridas na rede pública de ensino, consistindo em duas responsáveis do sexo feminino e um responsável do sexo masculino. Analisando os dados obtidos, constatou-se que o grupo entrevistado está inserido em uma faixa etária compreendida entre 38 e 52 anos de idade. Em relação ao grau de instrução, observou-se que todos os entrevistados possuem nível superior de instrução, estando dois desses inseridos no mercado de trabalho e um que optou por cuidar integralmente do filho.

A descoberta da deficiência dos filhos ocorreu após o nascimento das crianças para todos os entrevistados, sendo diagnosticadas aos: três meses com paralisia cerebral (Pa3); onze anos com autismo (Pa2); e aos oito meses com sequelas provenientes de uma meningite (Pa1).

Em relação ao motivo da escolha da modalidade educacional os responsáveis optaram em 100% dos casos pela escola regular, dado que a convivência das crianças/adolescentes com deficiência com alunos, em sua maioria, sem apresentar deficiência, desafiariam os seus filhos quanto à aprendizagem e porque acreditavam na potencialidade deles. Tendo em vista que se ficassem isolados a instituições especializadas provocaria um enfraquecimento no que diz respeito ao convívio com outras pessoas, podendo assim reduzir suas possibilidades de avanço.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 CONQUISTA AO ACESSO À ESCOLA REGULAR

A educação ante a perspectiva inclusiva vem sendo inferida ao longo do tempo como uma questão de direitos humanos, ou seja, imanente a todas as pessoas independentemente de sua nacionalidade, raça, religião ou outro fator, sendo a escola estimulada a mudar, com o intuito de responder adequadamente as necessidades dos mais diversos alunos inseridos nela. Buscando dessa forma, amparar o aluno que se encontra na margem do sistema educacional regular e incluí-lo no contexto educacional, porém a perspectiva inclusiva é bastante recente, anteriormente a ela, falava-se em integração, ou seja, em uma perspectiva que levávamos a acreditar que poderíamos escolher quem teria o direito de frequentar os espaços sociais. Contudo no século 19, essa prática começou a ser questionada pelo movimento internacional das organizações de pessoas com deficiência, o qual



denunciou a injustiça no modelo integrativo. Tendo em vista o exposto, a perspectiva da inclusão passou a apontar um novo caminho, caminho esse em que a sociedade tem compromisso com as minorias e não apenas com as pessoas com deficiência. (MARTINS, 2008)

De acordo com o modelo de integração, o aluno com deficiência, precisa estar preparado para se adaptar às normas e padrões, ou seja, às condições da escola e de acordo com o modelo de inclusão é a escola que precisa estar preparada para atender as condições do aluno. (M. Mantoan, 1997, p.21)

Dessa forma, infere-se que no modelo de integração não há nenhum respeito às individualidades, enquanto no modelo de inclusão a realidade é totalmente outra, tendo em vista que vislumbra uma escola adaptada, com profissionais capacitados para atender as novas demandas que chegam até ela, a partir de metodologias e procedimentos pedagógicos adequados.

No decorrer dos anos, as pessoas com deficiência foram submetidas a diversas formas de estigmas, tendo em vista suas diferenças, sejam essas, em seus aspectos físicos, sensoriais ou intelectuais, perante as outras pessoas consideradas “normais”. Desta forma, foram sendo marginalizadas e afastadas do espaço social e conseqüentemente da escola regular, uma vez que as pessoas com deficiência eram e até hoje são vistas através de um olhar de inutilidade e incapacidade. Sendo assim, a educação era realizada de maneira diferenciada daquela que era voltada para os alunos “normais”, sendo distanciados, fazendo com que suas interações se tornassem restritas e sua educação fosse prejudicada. (MONTEIRO, 1996)

Diante do exposto, criaram-se dois sistemas de educação: o regular e o especial, a primeira exclusivamente voltada para o aluno que não possui deficiência, enquanto a segunda era exclusivamente destinada ao atendimento de alunos com algum tipo de deficiência. Entretanto, a partir da segunda metade do século XX surgiram movimentos por parte da sociedade que buscavam a aceitação e o respeito à diferença das pessoas com deficiência, e com o passar do tempo foi-se reconhecido a necessidade de integração entre esses dois sistemas educacionais, o regular e o especial, tendo em vista que essa separação não deveria nunca ter existido. Somente na década de 70 que o aluno com deficiência passou a ter possibilidade de ingresso à escola regular, porém com a condição que esse deveria adaptar-se à escola, caso contrário, seria visto outras possibilidades de incluí-lo, como, por exemplo, na classe especial. (VAN STEENLANDT, 1991). Contudo, essa concepção já foi superada e o Brasil se posiciona hoje, através de sua legislação, que o atendimento do aluno com deficiência deve ser realizado preferencialmente em classes regulares e essa afirmativa está presente na Constituição Federal de 1988 que ressalta como dever do Estado em seu



Art.208, inciso III, o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 1988)

Entretanto, ainda existe no imaginário de muitas pessoas, assim como dos profissionais da área da educação que o ensino regular foi arquitetado para alunos que não apresentassem deficiência ou algum transtorno que impeça seu aprendizado em ritmo comum, fato esse que necessita ser desmistificado.

Não restam dúvidas, portanto que a inclusão de pessoas com deficiência na escola regular é um avanço e uma inovação na educação brasileira, requerendo assim dos professores/as e gestores/as escolares competências específicas e constantes reflexões acerca de sua atuação, tendo em vista a viabilização de um ensino de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas habilidades e capacidades. Fazendo assim necessário, um conhecimento por parte da equipe escolar das necessidades dos alunos com deficiência para que pudessem responder as necessidades desses de forma adequada.

Essa pesquisa como já especificado foi aplicada somente com responsáveis por alunos inseridos na escola pública, ou seja, aquelas que são oferecidas gratuitamente pelo Estado, sendo custeada por meio de impostos, e que possuam deficiência intelectual, isto é

Funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização dos recursos da comunidade, saúde, segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho. (PORTAL DA CAMARA DOS DEPUTADOS).

Ou seja, crianças/adolescentes que possuem sua autonomia comprometida, uma vez que estas limitações provocam uma maior lentidão na aprendizagem e no desenvolvimento. As crianças/adolescentes com deficiência intelectual necessitam de mais tempo para realizar atividades como andar, comer, falar. Dessa forma, é comum que apresentem dificuldades na escola. As principais causas da deficiência intelectual podem ser advindas de problemas genéticos, problemas durante a gravidez, problemas ao nascer ou problemas de saúde, não se constituindo, dessa maneira, como uma doença, sendo assim, não há razão para se procurar uma cura, e sim possibilidades de desenvolver as capacidades. Capacidades essas de aprender, pensar, resolver problemas, como também, às competências necessárias para viver com independência e autonomia no espaço social.

3.2 INSERÇÃO NA ESCOLA



Levando em consideração o processo de inserção nas escolas públicas, os responsáveis não apresentaram nenhuma dificuldade em matricular os filhos, ao contrário, expuseram que foram muito bem recebidos e o processo aconteceu de forma bem natural. Assim como proferido na colocação dos responsáveis:

“Na escola existe uma única vaga reservada em todas as salas para crianças com necessidades especiais, então você faz a inscrição, diz o que a criança tem, e na verdade sua vaga está lá, todas as salas de aula tem pelo menos uma criança com necessidade especial. Não havendo dificuldades”; (Pa1)

Em consonância com a afirmativa relatada, Pa3 afirma que o processo de inserção na escola ocorreu:

“De uma forma muito natural, fomos bem acolhidos”. (Pa3)

O que consiste em um grande avanço tendo em vista que temos em nossa sociedade atualmente uma grande relutância na aceitação das matrículas de crianças com deficiências, principalmente na rede privada de ensino, dado que a lógica da mercantilização da educação opera a todo vapor nessa esfera.

Não importa a deficiência da criança/adolescente é comum ouvir relatos sobre pressões realizadas por parte da equipe escolar para que os pais “optem” por retirar o filho da escola. Sendo uma das grandes queixas das escolas a falta de capacitação dos profissionais e estrutura para receber o aluno, e também pelo fato da escola não acreditar nos diversos benefícios que esses alunos poderão tirar dessa nova convivência, principalmente nos casos mais comprometidos, tendo em vista que a criança/adolescente não teria condições de acompanhar os colegas da turma, sendo assim marginalizado. É de plena consciência os custos que inclusão escolar de pessoas com deficiência pode gerar, mas isso não pode consistir em um impedimento para inserção do aluno, devendo ser encarada como um compromisso inadiável das escolas, que terá a inclusão como consequência.

Felizmente os processos de inserção por parte dos responsáveis entrevistados foram exitosos. Entretanto, não se pode falar o mesmo em relação às dificuldades apresentadas na trajetória escolar, onde pudemos constatar em alguns trechos dos depoimentos, quando os sujeitos se referem às dificuldades encontradas durante o percurso escola:

“As atividades não são feitas de acordo com as limitações do meu filho. Ele não sabe falar, como irá relatar quantos biscoitos comeu na aula de culinária?” (Pa1)



As dificuldades encontradas por Pa1 vai de encontro com o que foi apresentado por Pa2 no que diz respeito às dificuldades encontradas durante o percurso escolar de seu filho.

“Ele sempre se adaptou bem o ambiente escolar, porém apresenta muita resistência a ficar em sala de aula e realizar tarefas que exigem coordenação motora fina e atenção.” (Pa2)

Já Pa3 relata que o processo ocorreu de forma bastante natural e sempre lhe foi apresentado facilidades, diferentemente do que os outros dois entrevistados expuseram em seus relatos:

“Como falei tudo ocorreu naturalmente nenhuma dificuldade apresentada, ou seja, me apresentaram facilidades, como por exemplo, condição escolar adaptada”. (Pa3)

Percebe-se então, que apesar de terem escolas que já consegue integrar os alunos nas mais diversas atividades existentes, como relatado por Pa3 que não sentiu/sente dificuldades no percurso escolar, ainda existe de forma bastante proliferada instituições que não estão se adaptando para receber crianças/adolescentes com deficiência.

A falta de uma preparação adequada durante a sua formação acadêmica e os problemas que já se apresentam na escola pública brasileira fazem com que os professores, de uma maneira geral, resistam às mudanças encampadas pela política educacional inclusiva no contexto brasileiro, mesmo que legalmente reconhecida. (MELO, 2008, p.44)

Dessa forma, se coloca em cheque a problemática da formação para uma atuação adequada do professor frente à perspectiva inclusiva, tendo, portanto, as instituições formadoras desses profissionais, no caso, as instituições de ensino superior, uma grande parcela de responsabilidade tanto no que diz respeito à formação inicial e/ou continuada desses profissionais. Tendo em vista essa problemática, o Ministério da Educação (MEC) criou, no intuito de contribuir com a formação dos discentes, a Portaria nº 1.793/94 que tem como intuito minimizar o déficit existente na formação inicial dos professores. Recomendando conteúdos que tornem possível a apropriação de conhecimentos básicos relacionados às pessoas com deficiência, com o intuito de favorecer a futura prática pedagógica.

No que diz respeito aos profissionais já formados, é de suma importância o reconhecimento por parte desses que a capacitação profissional não se esgota na academia, sendo de extrema importância a contínua capacitação, tendo em vista que vivemos em uma sociedade que está se construindo e reconstruindo constantemente. Sobre essa problemática Mantoan (1997b, p.120) aponta que a atividade de ensinar é complexa e exige dos professores conhecimentos novos que, muitas vezes, contradizem o que lhes foi ensinado anteriormente.



Diante disso, faz-se necessário que o profissional reveja sua prática pedagógica, contudo, tendo em vista as condições subjetivas e objetivas do profissional isso se constitui em uma barreira, levando em consideração a inexistência de um projeto pedagógico que tenha como eixo de suas ações uma escola para todos. Além disso, a universidade pode contribuir com essa formação realizando atividades de pesquisa, ensino e extensão (MELO, 2008). Portanto, é a hora de reestruturar a educação, promovendo a capacitação dos profissionais, mudando a lógica de organização e se atualizando em relação ao novo modelo de educação do País.

Quando questionados sobre o suporte necessário para o desenvolvimento da criança/adolescente, Pa1 e Pa2 avaliaram que a escola não oferece o suporte necessário para o pleno desenvolvimento da criança/adolescente, uma vez que apesar de existirem profissionais realmente comprometidos com a educação, ainda é falha a questão da capacitação dos profissionais, como também do material necessário para desenvolver as potencialidades dos alunos, que como é sabido necessita de uma educação com recursos diferenciados. Desta forma, falta qualificação e material para que os profissionais sejam capazes de oferecer o suporte adequado.

Diante dessa problemática Melo (2008) afirma que é necessário que as escolas regulares firmem parcerias com instituições e profissionais especializados para oferecer uma qualificação aos professores, indicando-lhe informações sobre a deficiência, assim como os melhores recursos pedagógicos para utilizar com aquele aluno, uma vez que em grande parte dos casos a ausência de recursos pedagógicos está relacionada ao desconhecimento dos próprios professores, e não financeiros.

Sendo assim, a partir do momento em que esses profissionais estivessem capacitados para atender de maneira qualificada as crianças/adolescentes com deficiência, parte da problemática da inclusão poderia ser modificada. Tendo em vista que, muitas vezes simples adaptações nos recursos utilizados para trabalhar com aquele aluno, como por exemplo, o estabelecimento de quadro de rotina diária e recursos sensoriais para trabalhar com crianças autistas, são capazes de favorecer as realizações das atividades e interações na sala de aula.

Também foi perguntado aos entrevistados se eles realmente se sentiam incluídos no contexto escolar e tivemos divergências quanto às respostas obtidas, enquanto Pa3 afirmou que considerava seu filho de fato incluído no contexto escolar e que de realmente recebia um suporte adequado pelos profissionais:

“O H. é inserido sim, todos preocupados em que a educação seja realmente voltada para ele [...] Como ele não tem o controle da cabeça, chamaram as terapeutas para



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

que dessem dicas de adaptação na sala da H. para que todos ficassem em um ângulo para que ele pudesse participar das tarefas.” (Pa3)

Pa1 e Pa2 relatam que não sentem que de fato seus filhos são incluídos na escola, tendo em vista que consideram necessário um atendimento mais especializado por parte dos profissionais e que para eles a inclusão não existia de fato.

3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS/AÇÕES DO ESTADO

Por fim, foi questionado aos participantes a opinião deles sobre as políticas públicas/ações do Estado, isto é, sobre a atuação do Estado por meio de projeto de governo, através de programas e de ações voltadas para a pessoa com deficiência, e mais uma vez as respostas foram dissonantes, dado que Pa3 considera que há uma preocupação por parte do poder público em incluir as pessoas com deficiência e que estão sempre buscando o conhecimento e a inovação nessa área, como por exemplo através do transporte escolar adaptado. Enquanto Pa2 relata que em sua opinião:

“Políticas e ações deficientes, muitas vezes não existem na prática, só no papel. [...] Regra geral, o Brasil e mais especificamente o Nordeste estão muito distantes do mínimo necessário para que haja uma inclusão na prática e que promova o desenvolvimento das pessoas com deficiência, uma vez que todos eles têm potencial para evoluir bastando que seja utilizado o método de ensino mais adequado àquela deficiência” (Pa2)

As políticas públicas do Brasil voltadas para as pessoas com deficiência, nos últimos anos, têm tido grandes avanços. O tema passou a ser especificamente objeto de políticas públicas em 1980, tendo como impulso, como citado inicialmente, os movimentos sociais que buscavam chamar a atenção da sociedade para a situação de marginalização ao qual se encontravam essas pessoas, contribuindo assim, para que o Estado assumisse a responsabilidade em desenvolver políticas públicas destinadas a atender as demandas desse grupo social. Dessa forma, muitas questões foram levantadas, tanto no que diz respeito às questões políticas, econômicas e sociais, em relação às pessoas com deficiência.

A partir disso, foram desenvolvidas ações para promover acesso à educação, cultura, emprego, acessibilidade, etc. Tendo assim, todo um aparato jurídico que normatiza tais mudanças. Contudo, não necessariamente quer dizer que a realidade das pessoas com deficiência está condizente com o adequado, inúmeros problemas no cotidiano são enfrentados por essa categoria, quando se trata do espaço físico público, educação e emprego. Dessa forma compreende-se que existem planos bem elaborados, mas que, no entanto, não são efetivados em sua grande parte,



ocasionando dessa forma insatisfação da população a qual luta pelos direitos das pessoas com deficiência.

CONCLUSÕES

Ao longo do estudo apresentado, procurou-se mostrar como vem ocorrendo a inclusão de pessoas com deficiência na rede pública de ensino da cidade de Natal – Rio Grande do Norte. Apesar do estudo em questão apresentar um número relativamente pequeno de entrevistados, quando se leva em consideração a totalidade de crianças/adolescentes intelectuais inseridos nesse contexto, foi-se capaz de apreender como está ocorrendo à dinâmica na referida cidade.

Vê-se, portanto, a necessidade de atuação do estado na reformulação da rede de ensino, no investimento e na garantia do direito a educação para pessoas com deficiência. Para garantir que as necessidades educacionais especiais sejam supridas. Necessidades essas que será alcançada a partir de um planejamento gradativo e com qualidade, que seja coerente com as mais diversas esferas da vida social, isto é, econômica, social e educacional.

Todos os objetivos propostos inicialmente nesta pesquisa foram cumpridos, entretanto, é compreensível que a temática não se esgota aqui, sendo necessário o aprofundamento sobre diversos aspectos em questão, tendo em vista possibilitar um maior esclarecimento sobre a temática, assim como a necessidade de abrangência desse estudo, ou seja, em relação ao número de entrevistados.

Vale salientar também que essa temática possui grande relevância para diversos profissionais, tendo em vista que o espaço escolar deve envolver diversos profissionais que venham a contribuir no processo de melhoria das condições de aprendizagem dos alunos. Nessa direção, destaca-se como de suma relevância a recente aprovação do Projeto de Lei (PL) 3.688/2000 o qual dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica.

Não obstante, como tal aprovação é recente ainda são escassas as pesquisas nesse campo, o que permite evidenciar a importância de novas investigações que envolvam, em caráter interdisciplinar, o debate acerca da inclusão escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.



MARTINS, L.A.R. **Educação e diversidade: um breve preâmbulo.** In MARTINS, L.A.R. (ORG) Pesquisa, reflexões e desafios. João Pessoa, Idéia, 2008.

MONTEIRO, M. **Crianças e linguagem num contexto especial: um estudo etnográfico.** In: KRAMER, S; LEITE, M. Infância: fins e desafios da pesquisa. Campinas: Papirus, 1996. p. 149-179.

NETO, O.C. **O trabalho de campo como descoberta e criação.** In MINAYO, M.C.S (ORG.) Pesquisa social – Teoria Método e Criatividade. Petrópolis, Vozes, 2008.

PORTAL DA CAMÁRA DOS DEPUTADOS. **Programa de acessibilidade: glossário.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/acessibilidade/o-programa/glossario.html>>. Acesso em: 10 de maio de 2016.

VAN STEELANDT, Danielle. **La integración de niños discapacitados a la educación común.** Santiago: Oficina Regional de Educación de la UNESCO para América Latina y el Caribe, 1991.

MELO, F.R..L.V. **Atendimento educacional do aluno com paralisia cerebral: A ótica e a organização da escola regular.** In MARTINS, L.A.R. (ORG) Pesquisa, reflexões e desafios. João Pessoa, Idéia, 2008

BRASIL. Portaria nº 1793 de dezembro de 1994.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **A integração de pessoa com deficiência: contribuição para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Memnon, 1997.